



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

Anexo II - Contrato de prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização, nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral em Campo Grande e no Interior do Estado de Mato Grosso do Sul, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx

Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a **empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxx@xxxxxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2020 - Processo SEI 0003745-07.2020.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TSE nº 23.234/2010, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente pela Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG e pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização, nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral em Campo Grande e no Interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo o contratado alegar desconhecimento, a) ANEXO I – Termo de Referência e todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A descrição detalhada dos serviços é a constante do CAPÍTULO IV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados da última assinatura eletrônica.

4.2. Os prazos de execução dos serviços são os dispostos no CAPÍTULO IV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEXTA-DO PREÇO

6.1. O valor total do contrato é de R\$ xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento abaixo:

Grupo 1 (itens 1 a 4) - Dedetização					
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário (R\$)	Preço total (R\$)
1	Prédio-sede do TRE/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS Telefone: 67 2107-7014	5.190,00	2		
2	Fórum Eleitoral Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS Telefone: 67 2107-7014	3.728,10	2		
3	Anexo Depósito Rua Arthur Jorge, 2.755 – Monte Castelo - Campo Grande/MS Telefone: 67 3356-4746	134,03	2		
	Almoxarifado, Depósito de Urnas e Arquivo Central				

13	Cartório Eleitoral de Ribas do Rio Pardo (32ª ZE) Avenida Nelson Lyrio, 2.354 – Centro. Telefone (67) 3238-2498	317,85	2		
Valor Total do Grupo 03					

Grupo 5 (itens 18 a 22) - Dedetização					
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
18	Cartório Eleitoral de Dourados (18ª e 43ª ZE) Rua Montese, 435 – Bairro Jardim Londrina. Telefone (67) 3422-1656	509,00	2		
19	Cartório Eleitoral de Fátima do Sul (4ª ZE) Rua Ipiranga, 841 – Jardim Primavera. Telefone (67) 3467-1807	229,17	2		
20	Cartório Eleitoral de Maracaju (16ª ZE) Rua Appa, 101 – Centro. Telefone (67) 3454-1720.	317,85	2		
21	Cartório Eleitoral de Rio Brilhante (11ª ZE) Rua Rio Brilhante – 1.114 – Bairro Vila Maria.	317,85	2		

	Telefone (67) 3452-7144				
22	Cartório Eleitoral de Sidrolândia (31ª ZE) Rua Minas Gerais, 1.346 – Centro. Telefone (67) 3272-1904.	317,85	2		
Valor Total do Grupo 05					

Grupo 6 (itens 23 a 26) - Dedetização					
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
23	Cartório Eleitoral de Corumbá (7ª e 50ª ZEs) Rua Duque de Caxias, 45 – Bairro Nossa Senhora de Fátima. Telefone (67) 3231-7622.	479,25	2		
24	Cartório Eleitoral de Miranda (15ª ZE) Rua 7 de Setembro, 861 – Centro. Telefone (67) 3242-1105.	317,85	2		
25	Cartório Eleitoral de Anastácio (49ª ZE) Rua Juscelino Kubitschek, 1.495 – Centro. Telefone (67) 3245-1381	317,85	2		
26	Cartório Eleitoral de Aquidauana (10ª ZE) Rua Nilza Ferraz ribeiro, 400 – Bairro Cidade Nova. Telefone (67) 3241-1949	195,00	2		
Valor Total do Grupo 06					

Grupo 7 (itens 27 a 31) – Dedetização					
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
27	Cartório Eleitoral de Nioaque (45ª ZE) Rua Primeiro de Março, 167 – Centro. Telefone (67) 3236-1192	229,17	2		
28	Cartório Eleitoral de Jardim (22ª ZE) Rua Ten. Ernani Gusmão, 261 – Centro. Telefone (67) 3251-2229	229,17	2		
29	Cartório Eleitoral de Bonito (30ª ZE) Rua Olívio Jacques, 849 – Vila Donária. Telefone (67) 3255-2341/1400	229,17	2		
	Cartório Eleitoral de Bela Vista				

30	(17ª ZE) Rua São Geraldo, 65 – Centro. Telefone (67) 3439-1842.	236,00	2		
31	Cartório Eleitoral de Porto Murtinho (20ª ZE) Rua Coronel Ponce, 439 – Centro. Telefone (67) 3287-1135	276,00	2		
Valor Total do Grupo 07					

Grupo 8 (itens 32 a 37) - Dedetização					
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
32	Cartório Eleitoral de Ponta Porã (19ª e 52ª ZE) Rua Baltazar Saldanha, 1.591 – Bairro da Saudade. Telefone (67) 3431-3864	509,00	2		
33	Cartório Eleitoral de Amambai (01ª ZE) Rua Antônio Martins Dutra, 1.521 – Centro. Telefone (67) 3481-1559	229,17	2		
34	Cartório Eleitoral de Eldorado (25ª ZE) Rua São Paulo, 610 – Jardim das Grevíleas. Telefone (67) 3473-1608.	487,50	2		
35	Cartório Eleitoral de Mundo Novo (33ª ZE) Rua Tupinambá, 69 – Centro. Telefone (67) 3474-2191.	199,30	2		
36	Cartório Eleitoral de Naviraí (02ª ZE) Avenida Iguatemi, 159 – Centro. Telefone (67) 3461-1716.	190,50	2		
37	Cartório Eleitoral de Caarapó (28ª ZE) Rua D. Pedro II, 212 – Centro. Telefone (67) 3453-1895	176,00	2		
Valor Total do Grupo 08					

Grupo 9 (itens 38 a 43) - Dedetização					
Item	Local de Prestação dos Serviços	Área aproximada (m²)	Quantidade de Aplicações	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
38	Cartório Eleitoral de Bandeirantes (34ª ZE) Rua Arthur Bernardes, 4.032 – Centro. Telefone (67) 3261-1399	317,85	2		
39	Cartório Eleitoral de Camapuã (14ª ZE) Rua João da Mota, 461 – Bairro Vila	317,85	2		

	Diamantina. Telefone (67) 3286-1399				
40	Cartório Eleitoral de São Gabriel do Oeste (40ª ZE) Rua São Paulo, 2.305 – Centro. Telefone (67) 3295-6534	317,85	2		
41	Cartório Eleitoral de Rio Verde de Mato Grosso (21ª ZE) Avenida Dom Pedro II, 240 – Centro. Telefone (67) 3292-1832	220,00	2		
42	Cartório Eleitoral de Coxim (12ª ZE) Rua General Mendes de Moraes, 86 – Bairro Jardim Aeroporto. Telefone (67) 3291-3130	317,85	2		
43	Cartório Eleitoral de Sonora (26ª ZE) Avenida da Saudade, 1.048 – Centro. Telefone (67) 3254-1611	144,05	2		
Valor Total do Grupo 09					
Valor total					

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO VII – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA** e no **CAPÍTULO VIII – DO PAGAMENTO** do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. De acordo com a legislação vigente, é vedado o reajuste em periodicidade inferior a 1 ano.

8.2. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

8.3. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. As disposições quanto a fiscalização e ao acompanhamento dos serviços estão dispostas no **CAPÍTULO V – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

11.1. Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no **CAPÍTULO X – DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Os direitos e obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no **CAPÍTULO XI – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

13.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

13.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **0,67%** (zero vírgula sessenta e sete por cento) por dia de **atraso na entrega dos serviços**, superior a 5 dias, incidente sobre o valor total do item, contada desde o primeiro dia de atraso, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), equivalente a

30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;

b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;

c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega ou prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

d) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência ou de ordens da fiscalização**;

e) de **30%** (trinta por cento) do valor total da contratação, se a contratada **recusar-se a prestar o serviço** sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por **falhas sucessivas** ou por **total descumprimento das condições estabelecidas**, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

13.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

13.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

13.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

13.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

13.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não mantiver a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

13.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

13.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

13.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.5.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS FUNDAMENTOS

14.1. Rege-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TSE nº 23.234/2010, Instrução Normativa nº 05/2017 - SLTI/MOPG, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

14.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

16.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais

privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2020.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 03/08/2020, às 19:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0866971** e o código CRC **91AD31B9**.

0004500-31.2020.6.12.8000

0866971v2